



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 001/2023

Número de referência: CGE-PRC-2022/00394 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria dos Transportes Metropolitanos

UNIDADE: Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Questionamento acerca do período que as imagens do circuito interno de segurança do metrô ficam armazenadas e sobre onde solicitar acesso as imagens. Atendimento parcial. Razões para a recusa parcial do acesso pretendido indicadas. Provimento negado.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 001/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso, o órgão informou o prazo de armazenamento das imagens e esclareceu que as imagens das câmeras do Metrô são protegidas por lei e só podem ser cedidas mediante ofício das autoridades policiais ou do Poder Judiciário. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. No caso concreto em análise, verifica-se que o ente atendeu parcialmente a demanda e justificou a impossibilidade de disponibilizar os imagens solicitadas.
4. Cabe salientar que a Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado acompanha o entendimento firmado pela Controladoria Geral da União em não divulgar imagens de câmeras de segurança em atenção ao artigo 31 da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no qual prevalece "*que as imagens de câmeras de segurança não devem ser disponibilizadas devido ao risco de agressão aos direitos de personalidade/privacidade*". (Referência: PARECER nº 1657 de 24/08/2018 - Número do processo: 99919.000095/2018-13 - Órgão: CODESA – Companhia Docas do Espírito Santo).
5. Considerando que o ente forneceu parte da solicitação e apresentou as razões de direito para a negativa do acesso as imagens requeridas, que possuem proteção legal nos termos da legislação vigente, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, §1º, II, da referida Lei federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 04 de janeiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público